

Articulando feminismo decolonial, interseccionalidade, e educação popular em pesquisa com mulheres negras

Nascimento, Fernanda Sardelich ¹

Costa, Mônica Rodrigues ²

Clemente, Flávia da Silva ³

RESUMO

O artigo trata de pesquisa com mulheres negras periféricas, em hortas comunitárias, cuja perspectiva teórico metodológica está alinhada ao feminismo negro interseccional, decolonial e a educação popular, em suas conexões com o compromisso de produzir conhecimento crítico sobre a realidade, associado ao trabalho pedagógico de transformação social. O objetivo deste trabalho é refletir sobre o processo investigativo decolonial e interseccional da educação popular, que valoriza as experiências coletivas, entrecruzadas pela raça, classe, gênero e geração. De caráter qualitativo, os recursos metodológicos participativos multimodais foram: observação participante, entrevista semiestruturada e narrativa. A pesquisa construiu um espaço de diálogo e reflexão, com as mulheres da horta, o que gerou a possibilidade de rever compreensões acerca de diferentes experiências, como a do trabalho infantil. As desigualdades de gênero, raça e classe encontraram diferentes pontos de conexão entre nós-elas, no entanto, tais intersecções afetam seus corpos, mentes e psiquês de modos diferentes.

Palavras-chave: feminismo decolonial; feminismo negro interseccional; educação popular.

Articulating decolonial feminism, intersectionality, popular education in research with women

ABSTRACT

The article deals with research with peripheral black women, in community gardens, whose theoretical and methodological perspective is aligned with intersectional, decolonial black feminism and popular education, in its connections with the commitment to produce critical knowledge about reality, associated with the pedagogical work of social transformation. The objective of

¹ Universidade Federal de Pernambuco. Professora Adjunta do Curso de Licenciatura em Pedagogia, Centro Acadêmico do Agreste. Email: fernanda.sardelich@ufpe.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3334230123280583>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4032-2202>.

² Universidade Federal de Pernambuco. Docente do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFPE. Email: monica.rcosta@ufpe.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0578087214340210>. Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-6186-7554>.

³ Universidade Federal de Pernambuco. Docente do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFPE. Email: flavia.clemente@ufpe.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3845365828533014>. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-3455-2183>.

this work is to reflect on the decolonial and intersectional investigative process of popular education, which values collective experiences, intersected by race, class, gender and generation. Of a qualitative nature, the multimodal participatory methodological resources were: participant observation, semi-structured interview and narrative. The research built a space for dialogue and reflection with the women in the garden, which generated the possibility of reviewing understandings about different experiences, such as child labor. Gender, race and class inequalities found different points of connection between us-them, however, such intersections affect their bodies, minds and psyches in different ways.

Keywords: decolonial feminism; intersectional black feminism; popular education.

Articulando feminismo decolonial, interseccionalidad, educación popular en la investigación con mujeres

RESUMEN

El artículo aborda una investigación con mujeres negras periféricas, en jardines comunitarios, cuya perspectiva teórica y metodológica se alinea con el feminismo negro interseccional, decolonial y la educación popular, en sus conexiones con el compromiso de producir conocimiento crítico sobre la realidad, asociado al quehacer pedagógico de transformación social. El objetivo de este trabajo es reflexionar sobre el proceso investigativo decolonial e interseccional de la educación popular, que valora las experiencias colectivas, atravesadas por raza, clase, género y generación. De carácter cualitativo, los recursos metodológicos participativos multimodales fueron: observación participante, entrevista semiestructurada y narrativos. La investigación construyó un espacio de diálogo y reflexión con las mujeres del jardín, lo que generó la posibilidad de revisar comprensiones sobre diferentes experiencias, como el trabajo infantil. Las desigualdades de género, raza y clase encuentran diferentes puntos de conexión entre nosotros-ellos, sin embargo, tales intersecciones afectan sus cuerpos, mentes y psiquis de diferentes maneras.

Palabras clave: feminismo decolonial; feminismo negro interseccional; educación popular.

INTRODUÇÃO

No Brasil, assim como em outros países da América Latina, o processo de colonização deixou marcas profundas na construção de nossa identidade, que se revelam por meio dos instrumentos sociais de classificação da



Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.9 N.18: e258944 [2023]
**Dossiê Pesquisas decoloniais: sujeitos
“outros”, práxis “outras”**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2023.258944>

população, a partir das diferenças raciais em termos hierárquicos (GONZALEZ, 2020). Entretanto, a colonialidade não diz respeito apenas a classificação a partir da identidade racial, é parte de um sistema-mundo capitalista/patriarcal/cristão/moderno/colonial/europeu (BERNARDINO-COSTA; GROSGOUEL, 2016, p.17) em que “raça e racismo se constituem como princípios organizadores da acumulação de capital em escala mundial e das relações de poder do sistema-mundo”.

Raça e racismo são relações de poder, dominação e exploração, o que os torna imprescindíveis para uma abordagem crítica da realidade social especialmente em se tratando da vida de mulheres negras. Concordamos com o posicionamento de Almeida (2019) quando diz que:

[...] o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam (ALMEIDA, 2019, p. 32).

No Brasil, o grupo racial dominante é o branco e por meio da violência enriqueceu com a exploração do trabalho de povos negros e indígenas. A branquitude é o grupo racial que se beneficiou do processo de classificação racial, que de acordo com Bento (2002) mantém seus privilégios através do “pacto da branquitude”.

O silêncio e o medo marcam profundamente a maneira como o Brasil vem lidando com as desigualdades raciais. De algum modo, em alguma parte de cada um de nós, está colocada a informação de que a maior parte da história desse país foi construída com base na apropriação indébita concreta e simbólica, e na violação institucionalizada de direitos de um grupo, em benefício de outro grupo. E tanto objetiva quanto subjetivamente, procuramos desconsiderar essa dimensão de nossa história (BENTO, 2002, p. 51).

Nossa posição teórica e metodológica, alinhada com as teorias críticas do feminismo decolonial e negro se compromete a romper com esse silenciamento, considerando a dimensão racial da história do Brasil e assumindo para nós a colaboração com as lutas sociais antirracistas.

Segundo Lugones (2020, p. 59), além das classificações raciais, a colonialidade também é um eixo do sistema de poder que atravessa o acesso ao sexo, o trabalho de subjetividade e intersubjetividade e a produção de conhecimento, ao qual denomina de “sistema moderno-colonial de gênero”. A autora reforça, o quanto o capitalismo colonial global estrutura as assimetrias de poder, incluindo gênero, compreendida como categoria colonial, imbricada numa leitura histórica do patriarcado, da heteronormatividade e da classificação racial (COSTA, 2020). Luciana Ballestrin (2013, p. 101) à luz dos estudos de Mignolo, destaca que a matriz colonial do poder visa o controle da economia, autoridade racial, dos recursos naturais, de gênero e sexualidade e da subjetividade do conhecimento, se reproduzindo a partir de uma “tripla dimensão: a do poder, do saber e do ser”.

Nesse sentido, o sistema moderno-colonial de gênero e raça, tecem suas forças sobre os corpos das mulheres, não brancas, com uma ênfase ainda maior na subordinação e opressão no sistema capitalista patriarcal-racista, uma vez que “o caráter duplo de sua condição biológica — racial e/ou sexual — (...) transforma diferenças em desigualdades”, o que nos convoca a pensar na articulação de gênero, raça, classe, sexo e poder, como lentes de compreensão dos fenômenos sociais (GONZALEZ, 2020, p. 132).

Vale ressaltar que, em nosso país, enfrentamos uma tentativa de apagamento das diferenças raciais e embranquecimento da população por meio da estratégia da miscigenação racial, que produziu um eficaz aparato de dominação ideológica com a criação do mito da democracia racial, o qual invisibilizou o racismo estrutural existente em nossa nação. O racismo latinoamericano, segundo Lélia Gonzalez (2020, p. 130), “é sofisticado o suficiente para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados dentro das classes mais exploradas graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento (...)” o qual, na visão da autora, “reproduz e perpetua a crença de que as classificações e valores da cultura ocidental branca são únicos verdadeiros e universais”.

Portanto, o empreendimento colonial, que teve seu ápice no século XIX, visava também o apagamento dos saberes dos povos dominados, num processo de desqualificação, assimilação imposta, subalternização e marginalização, que acentuaram as desigualdades raciais, e reverberou na produção do conhecimento (CARNEIRO, 2023). Entre eles, o reconhecimento e validação dos saberes como eruditos e científicos, referenciados na cultura e cânone ocidental europeu, o que demonstra a relação intrínseca entre saber, poder e autoridade racial (KILOMBA, 2019; QUIJANO, 2005), deslegitimando

os saberes dos povos originários e afrodiaspórico. Os processos de colonização provocaram o deslocamento forçado, nos termos de Hall (2006, 28) a experiência da diáspora, ontem e hoje “causa o espalhamento e a dispersão” unindo territórios negros pelo mundo, suas histórias, identidades, diferenças e as relações de poder implicadas.

A ideologia colonial parte do pressuposto, que os grupos subalternizados se identificam incondicionalmente com o grupo no poder, assim, não são capazes de assumir uma postura crítica diante da opressão vivida. Neste sentido Grada Kilomba (2019, p. 48) nos lembra que “a ideia de *uma subalterna silenciosa* pode também implicar a alegação colonial de que grupos subalternos são menos humanos que seus opressores e são, por isso, menos capazes de falar em seus próprios nomes”, visando assim justificar o silenciamento e tutela dessa população.

Partimos, neste trabalho, do pensamento decolonial, compreendido como um “movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, à lógica da modernidade/colonialidade” (BALLESTRIN, 2013, p.105), do feminismo que considera o “sistema moderno-colonial de gênero” (LUGONES, 2020), do feminismo afro-latino-americano (GONZALEZ, 2020) que pensa analiticamente a partir do entrelaçamento raça, sexo, sexualidade, classe, geopolítica e questiona os privilégios e o pacto da branquitude (BENTO, 2002), buscando uma proposta emancipadora para todas as mulheres.

Articulado ao feminismo decolonial recorremos ao feminismo negro interseccional, não apenas por estarmos lidando com população periférica, formada em sua maioria, por mulheres negras, mas por considerar que essa articulação potencializa a ruptura com os silenciamentos a que foram expostas, o que implica em amplificar as lentes analíticas.

O pensamento feminista negro consiste em ideias produzidas por mulheres negras que elucidam um ponto de vista de e para mulheres negras. [...] enquanto o pensamento feminista negro pode ser registrado por outras pessoas, ele é produzido por mulheres negras. Em segundo lugar, a definição assume que mulheres negras defendem um ponto de vista ou uma perspectiva singular sobre suas experiências e que existirão certos elementos nestas perspectivas que serão compartilhados pelas mulheres negras como grupo. Em terceiro lugar, embora o fato de se viver a vida como mulher negra possa produzir certas visões compartilhadas, a variedade de classe, região, idade e orientação sexual que moldam as vidas individuais de mulheres negras tem resultado em

diferentes expressões desses temas comuns (COLLINS, 2016, p. 101-102).

Considerar as vivências das mulheres negras exploradas e oprimidas no Brasil, sobretudo em região do país de forte passado colonial e, cujos indicadores sociais demonstram a existência e persistência da pobreza e miséria dessa parcela significativa da população é um compromisso ético-político da pesquisa realizada.

A partir dessas perspectivas e proposta crítica, abordamos em nossa pesquisa questões, que se fizeram presentes ao longo de toda a pesquisa, sobre: como produzimos conhecimento? Para quem esse conhecimento serve? Que relações construímos entre os/as sujeitos/as envolvidos/as? O que produzimos de conhecimento tem um projeto ético político emancipador? Como estamos implicadas em nossas pesquisas? Quais as contribuições do estudo para o conhecimento sobre o racismo, sexismo e exploração de classe?

Assumimos, que os marcadores sociais não são apenas eixos da diferença, ou recortes analíticos e sim construções intencionais, que produzem opressão interseccional, no sistema moderno-colonial de gênero e raça. A interseccionalidade é uma contribuição do feminismo negro que pode ser entendida como “uma importante ferramenta analítica oriunda de uma práxis-crítica em que raça, gênero, sexualidade, capacidade física, status de cidadania, etnia, nacionalidade e faixa etária são construtos mútuos que moldam diversos fenômenos e problemas sociais”. (BUENO apud BILGE; COLLINS, 2021, p. 2)

O sistema moderno-colonial de gênero e raça produz agravamento da vulnerabilidade social, atuou de modo particular na Pandemia da COVID 19, num contexto político nacional reacionário, que viabilizou a necropolítica (MBEMBE, 2016) operar, com toda sua intensidade, sobre a população negra. Carneiro (2023) aponta o quanto o dispositivo de racialidade age a partir de um contrato racial que hierarquiza as pessoas, baseado no racismo estrutural, o qual sustenta a ideia de que há “pessoas que contam”, que são as pessoas brancas e as demais são subjugadas, tendo na violência seu elemento de sustentação. Não por acaso, foi a população negra a que mais vivenciou mortes pelo adoecimento da COVID 19, segundo dados publicados pela Rede de Pesquisa Solidária da Universidade de São Paulo – USP (2021) foram as mulheres negras as mais impactadas.

Além do maior número de adoecimento e morte pela COVID 19, houve o desemprego e expansão da precarização do trabalho, agravando a vivência da fome, empobrecimento da população, diminuição do acesso a assistência à

saúde e as mulheres também vivenciaram o agravamento da violência. Segundo dados da Rede de Observatórios da Segurança, em 2021, a cada cinco horas ocorreu um registro de violência contra as mulheres no Brasil, o Estado de Pernambuco contabilizou 311 casos de feminicídio (RAMOS et.al., 2022). Os dados do Atlas da Violência de 2021 revelam que 66% das mulheres assassinadas no Brasil em 2019, eram negras, e que a taxa de mulheres mortas em suas residências subiu 6,1%, o que demonstra que a intersecção entre gênero e raça intensifica a condição de vulnerabilidade social das mulheres e aumenta o risco de ser assassinada significativamente (CERQUEIRA et. al., 2021). Como destacado por Samira Bueno e colaboradores (2021, p. 9), “as mulheres sofreram mais violência dentro da própria casa e os autores de violência são pessoas conhecidas da vítima”, e essa realidade tem suas bases no sexismo e no machismo estrutural.

Por isso, é importante reafirmar desde já, que nossa proposta de trabalho conta com a interseccionalidade oriunda do feminismo negro, como o entendimento de que as “relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana” e que em sua base estão “as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente” (COLLINS; BILGE, 2021, p. 15-16).

Foi no contexto da pandemia da COVID 19, que iniciamos nossa pesquisa com mulheres participantes de duas hortas comunitárias agroecológicas localizadas uma no bairro de Peixinhos, em Olinda e outra na comunidade da Palha de Arroz em Campo Grande. Ambas as hortas comunitárias agroecológicas, estão localizadas numa região de proximidade, que já foi parte de um território indígena, hoje são bairros de periferia urbana, onde vive uma ampla comunidade negra. A horta de Dandara, foi proposta por movimentos sociais existentes no bairro, que viu na ociosidade do complexo existente no Nascedouro de Peixinhos uma oportunidade de ocupação produtiva, desse espaço público pertencente ao Estado de Pernambuco, já que a finalidade era mitigar a fome em um contexto de COVID 19.

A criação da horta comunitária agroecológica no Nascedouro de Peixinhos, por movimentos e organizações sociais e, sobretudo, pelas mulheres das ocupações existentes no entorno, nos faz destacar, a partir do pensamento de Foucault (2016) que onde há poder há resistências, e essas mulheres marcadas pelo sistema moderno-colonial de gênero e raça, buscaram

formas de enfrentamento das adversidades, na coletividade, em um processo de aquilombamento (NASCIMENTO, 2018).

Notamos, que o processo de aquilombamento ocorre por meio do senso de coletividade e criticidade construído entre elas, bem como a preocupação e cuidado, que exercem na comunidade, ainda que estejam sob julgamentos, retaliações e perseguições. O aquilombamento também se revela na família expandida, acolhendo parentes em situação de vulnerabilidade, entre outros agregados possíveis. Está presente na transmissão dos conhecimentos entre gerações, no cultivo aos saberes ancestrais, no respeito as mais velhas, e em algumas das mulheres que são referências dentro da comunidade, construindo diversas organizações comunitárias e ocupando espaços de liderança nas lutas sociais.

A Horta comunitária de Palha de Arroz, foi constituída pelas mulheres residentes no local, agraciadas com o projeto governamental de restauração da área da bacia do Rio Beberibe, Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, que assentou a população residente no canal do Rio Beberibe. Apoiadas por organizações sociais e pelo movimento Marcha Mundial de Mulheres, a horta visa mais gerar renda do que alimentar as famílias, em razão do espaço para plantio ser bem reduzido, embora recentemente tenha sido reestruturado a partir do Projeto de Emenda Parlamentar com ambas as finalidades.

A pesquisa inicialmente construiu várias parcerias, mas foi desenvolvida em ação conjunta com o Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá e a FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, no âmbito da região metropolitana da cidade do Recife e Olinda. Foi desenvolvida com apoio financeiro da FACEPE – Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco, no edital “Contribuição da Ciência e Tecnologia para Redução da Pobreza Extrema em Pernambuco”.

Alinhada ao feminismo decolonial e ao feminismo negro interseccional e seus compromissos ético políticos, cuja produção de conhecimento sobre a realidade social, visa desenvolver trabalho pedagógico de transformação social, recorremos à metodologia da pesquisa participativa fundada pela educação popular (BRANDÃO, 1998; THIOLLENT, 2011), bem como as contribuições de Nascimento (1950) e sua luta por uma educação libertadora, comprometida com a transformação da realidade sociocultural da população negra, com o intuito de fomentar o empoderamento das mulheres, as reivindicações dos grupos e as estratégias de solução. Assim, a pesquisa teve como objetivo geral: analisar as necessidades das mulheres, por

sustentabilidade financeira, segurança alimentar, violências, inclusão digital e saúde.

Para viabilizar o objetivo geral da pesquisa, nos propomos a: 1) colaborar para a autonomia e formação de sujeitos coletivos; 2) apoiar as iniciativas em curso nas comunidades, como as hortas urbanas, experiências fitoterápicas, agroecológicas e outras; 3) fomentar a autonomia das mulheres negras das comunidades no processo de digitalização das políticas públicas e governo digital.

Entendemos que as perspectivas da educação popular, decolonial e interseccional possuem diversas conexões, principalmente porque são teorias políticas em movimento, que partem do esforço de “mobilização, organização e capacitação das classes populares; capacitação científica e técnica” (FREIRE; NOGUEIRA, 1993, p. 19). Assim, a partir de uma visão crítica e libertadora, consideramos haver diferentes saberes, que não devem ser hierarquizados, tomados como mais ou menos importantes, ou como verdades hegemônicas, uma vez que estamos no mundo com outros seres, o que implica em “respeitar nos outros o direito de dizer a sua palavra” (FREIRE, 2007, p. 35). Valorizar as experiências das mulheres, significou escutar e canalizar suas vozes, inquietações e saberes por meio das ações desenvolvidas pela pesquisa, de forma que pudessem ser ouvidas e alcançassem espaços de conhecimento, outrora a elas cerceados em virtude do racismo e sexismo.

Nesse sentido, o presente texto tem como objetivo refletir sobre o processo empreendido no trabalho investigativo decolonial e interseccional da educação popular, para tanto, vamos apresentar nosso percurso metodológico e posteriormente discutir as implicações para a produção de conhecimento e de aprendizagens como projeto político de transformação social e de emancipação.

Nas trilhas: sobre os caminhos metodológicos da pesquisa

O fazer pesquisa, como destacado por Carlos Brandão (2020), pode ser um empreendimento solitário, no sentido em que predomina a produção intelectual solitária, mesmo que a pesquisa de campo seja de convivência com os grupos sociais e populares. Em nosso caso, já com a expertise de pesquisas partilhadas entre nós, no grupo acadêmico de pesquisa⁴, ao qual somos filiadas, decidimos metodologicamente por coletivizar, desde a

⁴ Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Poder, Cultura e Práticas Coletivas – GEPCOL/UFPE.

construção do projeto de pesquisa, quando nos sentimos, convocadas a concorrer ao citado edital da FACEPE.

Nesse momento, entramos no que Brandão (2020) chamou de movimento solidário em pesquisa, o qual caracteriza-se pelo fato de que:

[...] a elaboração de um projeto, o trabalho de campo, os momentos de estudos teóricos, assim como boa parte das tomadas de decisão para a realização da pesquisa, desdobram sequências de trocas realizadas dentro de e através de uma equipe de pesquisadores (BRANDÃO, 2020, p. 12).

A entrada neste movimento, foi significativo e relevante, pois com grupo forjado majoritariamente por mulheres, as intercorrências da intersecção de raça, gênero e geração nos atravessaram de muitos modos, dentro e fora do campo de pesquisa. Inicialmente o grupo foi constituído apenas por mulheres, pesquisadoras, feministas, de diferentes áreas do conhecimento científico (Serviço Social, Psicologia, Educação e Tecnologia) e que em comum vivem os enfrentamentos que o sistema moderno-colonial de gênero e raça (LUGONES, 2020), impõe a nós mulheres. Partilhamos de uma compreensão da importância de assumir uma postura militante, crítica, porém “não apenas o crítico que desconstrói mundos, mas o crítico-ativo, que sonha construir com outros ‘um outro mundo possível’” (BRANDÃO, 2020, p. 9).

Por outro lado, somos diversas em relação aos marcadores de gênero, classe, território, raça e geração e suas intersecções. Essas diferenças produziram no campo de pesquisa aproximações e distanciamentos, com as mulheres da horta, desafios na conciliação do fazer pesquisa, com o lugar social de cuidadoras de familiares, atravessadas por processos de adoecimento, sobrecarga de trabalho, jornadas extensivas e intensas de trabalho produtivo e reprodutivo (ÁVILA, 2009; HIRATA, 2014; KERGOAT, 2003). Esses elementos são uma segunda marca da nossa trilha metodológica, que nos levou a ampliar o sentido de solidariedade nos termos postos por Brandão (2020), pois ocorreram momentos em que redirecionamos caminhos, traçamos novas rotas, realizamos negociações, não apenas entre a equipe, mas com as mulheres da horta, que aqui tomamos como co-construtoras da pesquisa.

Afirmamos nossas sujeitas da pesquisa com o uso do termo co-construtoras, em face de sua total ingerência no processo da pesquisa, por se tratar de processo dialógico, nos termos de Freire e Nogueira (1993), orientaram sentidos e direcionamentos diversos dos imaginados inicialmente. E

claro, decorre de nossa posição político-pedagógica como pesquisadoras, em nosso compromisso de compreender e dialogar com os saberes das mulheres, e os caminhos a que nos levaram suas indagações e reflexões.

No entanto, devido as exigências das agências de fomento e da Ética em Pesquisa, materializada em Comitês de Ética, precisamos assentar a pesquisa em algumas formalidades objetivas, por esse motivo a pesquisa caracterizou-se como uma pesquisa crítica, de caráter qualitativo (DENZIN; LINCOLIN, 2006), e metodologia multimodal (SOUZA; SANTOS; MENDES, 2021) na (co)produção dos dados da pesquisa. Utilizamos de diferentes metodologias participativas, como a observação participante (CORDONA; CORDEIRO; BRASILINO, 2014), entrevista semiestruturada (TRIVIÑOS, 1987) e narrativa (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002). Importante salientar que todos os recursos utilizados tiveram como objetivo possibilitar que a voz dessas mulheres e suas necessidades fossem ouvidas, não partir de pré-conceitos sobre pobreza e vulnerabilidade, mas dialogar com “outras maneiras de conhecer o mundo [...] o conhecimento do mundo é também feito através das práticas do mundo; e é através dessas práticas que inventamos uma educação familiar às classes populares” (FREIRE; NOGUEIRA, 1993, p. 20).

Do ponto de vista político-pedagógico, realizamos oficinas partindo sempre dos conhecimentos do mundo que o grupo de mulheres de ambas as hortas comunitárias possuem, e das questões de interesse delas. A pesquisa-ação, convida os sujeitos sociais da comunidade para a participação efetiva nesse processo, visando a construção de autonomia, a partir das necessidades identificadas conjuntamente, uma vez que não vai com propósitos a priori, mas busca junto à comunidade a compreensão das demandas a serem trabalhadas nos contextos específicos (BARBIERI, 2007).

Elegemos, como já informado anteriormente algumas temáticas que consideramos relevantes, mas nos diálogos construídos fomos alterando os cursos do planejado, de modo consciente e deliberado, sempre direcionado por nossas escolhas teórico-metodológicas, o que nas palavras de Brandão (2020) nos traz uma convocação de “desdobramento da confiança”, uma vez que,

(...) antes confiava em-mim-diante-do-outro, aprendo a confiar no-outro-diante-de-mim. E então este “outro” não é mais um fiel e confiável doador de si-mesmo para-mim, entre dados, discursos, histórias e memórias. Ele se converte em um coparticipante de uma ousada e imprevisível criação solidária de saberes (BRANDÃO, 2020, p. 15).

A entrada no campo de pesquisa ocorreu em dezembro de 2021, momento em que apresentamos o projeto de pesquisa para as mulheres, e negociamos com elas como estaríamos ali no cotidiano da horta. A partir de fevereiro de 2022 iniciamos nossa inserção no cotidiano das hortas comunitárias, abrindo nossa escuta e conversação e só a partir de outubro (pós eleições) construímos com elas as oficinas que ocorreram até abril de 2023.

Todo o processo teve como *suleador*⁵ (CAMPOS, 1991; 2019) os critérios éticos, técnicos e políticos de outros tipos de pesquisas acadêmicas, que visam a mudança social, a partir de “mudanças de atitudes, de práticas, de situações, de condições, de produtos, de discursos em função de um projeto-alvo” (BARBIERI, 2007, p. 106). Em termos normativos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Saúde, realizamos todas as orientações prescritas nas Resoluções nº 466, de 12 de dezembro de 2012 e 510 de 07 de abril de 2016, tendo a pesquisa sido submetida ao Comitê de Ética da Universidade Federal de Pernambuco e recebido a aprovação para sua realização.

Entendemos, contudo que, o cumprimento das normas prescritivas de pesquisa, não garantem a realização de uma pesquisa ética e comprometida socialmente. Assim, os cuidados éticos, em nossa pesquisa se expressaram pelo cuidado nas relações de poder, em não assumir uma postura hierárquica e problematizar sempre que éramos colocadas no lugar de sujeitos do suposto saber, no uso da linguagem, na valorização dos saberes tradicionais, e na aposta de que é no encontro, na troca, nos gestos, numa produção conjunta, que a narrativa acontece, e o “saber narrar não é apenas exercício de memória, mas é também estimular a tomada de posição” (FREIRE; NOGUEIRA, 1993, p. 28). Não realizamos uma pesquisa “sobre” e sim “com” as mulheres da horta.

A pesquisa como um todo foi orientada pela perspectiva feminista decolonial e negra interseccional e pela educação popular, geralmente denominada de pesquisa participante ou pesquisa-ação, por tratar de conhecer para uma proposta educativa, cuja perspectiva política, técnica, ética e social, é voltada aos interesses das camadas populares, de sua compreensão sobre as causas de seus problemas e, a necessidade de organização para superá-las. Além disso, a educação popular por ser dialógica, parte do suposto, que todos os sujeitos em comunicação possuem diferentes saberes e que o diálogo deve

⁵ O termo *SULear*, proposto por Marcio D’Olive Campos, em 1991, problematiza e se contrapõe a lógica eurocêntrica e ao caráter ideológico do termo *nortear* como referência universal, que produz um “desarraigamento socioecológico dos nossos lugares do Sul” (CAMPOS, 2019, p. 18). Para mais que informações e aprofundamento (CAMPOS, 1991; 2019).

promover a troca e a partir dela, a construção de novos saberes. A participação popular é, portanto, fundamental em todo o processo, inclusive para construir as condições de superação dos problemas.

Portanto, assumimos que nossa pesquisa não partilha de um fazer científico neutro e impessoal, mas do conhecer para transformar que o encontro promove, uma vez que é “na relação entre pessoas que através de quem são e do como expressam o seu próprio ser, podem afinal intertrocar saberes, sentidos, sentimentos e vivências” (BRANDÃO, 2020, p. 14).

Dos encontros da pesquisa decolonial, interseccional e suas articulações com a perspectiva da educação popular

Como afirmamos anteriormente, inicialmente éramos um grupo de pesquisadoras composto por seis mulheres, no decorrer do processo agregamos duas estudantes de graduação e posteriormente uma pesquisadora mulher e um pesquisador homem também ingressaram para compor nossa equipe de trabalho. É importante demarcar que o grupo de pesquisadoras/es foi composto por: quatro mulheres negras, três brancas e um homem branco.

Conforme dito anteriormente, nosso primeiro encontro com as mulheres da horta aconteceu em dezembro de 2021, quando fomos apresentar nossa proposta de pesquisa. E nesse primeiro encontro já estabelecemos a postura de escuta e deixamos evidenciado nosso compromisso de respeito ao direito de cada mulher de “dizer a sua palavra”, e que ali estávamos para compartilhar saberes, estabelecer trocas e falar “com elas” e não “a elas” (FREIRE, 2007, p. 35).

Essa postura causou certo estranhamento, ouvimos falas como “você são as professoras, vamos aprender muito com vocês” ou “nós não sabemos de nada, estamos aqui para aprender”. Compreendemos que não é fácil romper com inúmeros processos de silenciamento que o sistema mundo-colonial produz (KILOMBA, 2019; LUGONES, 2020), e que se de nossa parte tentássemos impor ou exigir uma postura diferente, estaríamos ratificando uma postura violenta, pois “esquecer que a população ainda não tem a possibilidade de um engajamento imediato” se configura como uma opressão (FREIRE, 2007, p. 37).

Nos inserimos na dinâmica existente em cada horta, com dias de encontro coletivo, denominados de mutirão, diferentes. Em cada encontro, durante o período de observação participante, cultivávamos juntas, dividíamos

tarefas e histórias, trocamos saberes, fomos abrindo o caminho para um processo pedagógico transformador, em que a educação reflexiva foi nosso suleador. Nesse movimento também nos aproximamos da relação com a terra, aprendemos muito do que significa plantar, planejar, cuidar do reino vegetal e entender o que significa segurança alimentar em profundidade.

Nesse mergulho, procuramos valorizar os saberes delas como conhecimentos importantes, que nós não possuímos, ainda que não tivesse vindo de uma educação formal, institucional, foi um ponto significativo do encontro (FREIRE, 2007; FREIRE; NOGUEIRA, 1993; BRANDÃO, 2020). Partilhamos pontos de encontro, convergências sobre a vivência de ser mulheres, o cuidado com a casa e filhos, que também produziram aproximação, sem, contudo, apagar as diferenças de classe, e em alguns momentos raciais, que nos posicionavam socialmente em lugares diferentes, com vivências específicas.

Nossa construção conjunta, sobre as vivências das mulheres da horta foi acontecendo não só pelas trocas intelectuais, mas também pelos afetos, pelo corpo que é “percebedor (...) age e, durante suas atitudes, ele desaninha de si e de suas relações o conhecimento sobre a vida”, ou seja, também é pelo corpo, que expressamos nossas descobertas e “se expõe em movimentos sociais (...) e nossa contribuição intelectual pode se dar no terreno da organização do conhecimento” (FREIRE; NOGUEIRA, 1993, p. 34-35). Um conhecimento que acontece em movimento, através das práticas político-sociais.

Conforme a pesquisa se desenvolvia, percebíamos nossas afetações, no “campo das intensidades”, que nos transformam e abre “uma comunicação específica (...) sempre involuntária e desprovida de intencionalidade, e que pode ser verbal ou não” (FAVRET-SAAD, 2005, p. 159). Por campo das intensidades a autora se refere ao campo dos afetos, mas não como um sentimento, e sim como afetação, que nos transforma e comunica. Aceitar o campo das intensidades, exige “aceitar os riscos” de olhar para como somos afetados e também de precisar assumir novos caminhos na pesquisa. Ao longo de nossa imersão no período da pesquisa, fomos nos permitindo ser transformadas, fomos desenvolvendo no campo das intensidades uma comunicação, que se dá não só com a palavra, mas com a construção de vínculos.

Passados alguns meses de observação no campo obtivemos uma compreensão maior de como as relações eram constituídas, identificamos as questões relativas à saúde das mulheres, as questões presentes no território

habitado por elas (não acesso a bens e serviços, dificuldades de acesso aos serviços de saúde, violação de direitos, violências relacionais), as disputas entre lideranças, e decidimos que era chegado o momento de realizar as entrevistas com algumas delas. Como critérios escolhemos a diversidade racial e geracional e o envolvimento com a horta. As entrevistas, tanto a semiestruturada, como a narrativa, configuraram-se como espaço de uma escuta atenta, de respeito a voz e as vivências e foi compreendida por nós, como um momento de maior aprofundamento sobre os fenômenos que estávamos vivenciando com elas. Foi muito importante para compreender a visão delas, os sentidos que elas produziam sobre suas vivências, a comunidade e as estratégias encontradas para lidar com as adversidades.

Com as entrevistas, novas reflexões se apresentaram para o coletivo de pesquisador/as, junto as reflexões e as trocas, que aconteciam entre as pesquisadoras, no momento das observações, da produção dos diários de campos e, dos debates que foram feitos, definimos os elementos que seriam discutidos nas oficinas. Seguindo no propósito de respeitar o direito da vez e da voz das mulheres, as nossas escutas, as trocas de saberes com elas e entre nós, possibilitaram a elaboração de um caldo substancioso, para além dos dados de domínio público compartilhados, resultando numa rica e complexa trama de questões para refletir com as mulheres das hortas, de modo a ampliar os conhecimentos sobre o mundo.

A partir do que emergiu nessa relação nós-elas no campo de pesquisa, construímos o processo político-pedagógico, que denominamos de oficinas, cujas temáticas trabalhadas foram: inclusão digital, conjuntura política e o papel dos poderes (compreendendo o momento eleitoral), mundo do trabalho e trabalho infantil, questões de classe e raça, políticas sociais e direitos sociais, violência contra a mulher, saúde mental (que nomeamos “questões do cotidiano”), segurança alimentar e plantas alimentícias não-convencionais.

É relevante salientar que encontramos dificuldades de inserção na horta comunitária de Palha de Arroz, não queremos problematizar as questões relativas a esse fato, por motivos éticos e por não ser objeto deste debate. A questão é que devido a essa ocorrência, não conseguimos construir relações de solidariedade nos moldes desejados nessa localidade e já expostos por nós, alicerçadas no pensamento de Brandão (2020). Nos diálogos com as mulheres de Palha de Arroz, decidimos com elas por duas oficinas: a de inclusão digital (realizadas em quatro encontros) e a de direitos sociais e políticas sociais (realizada em um encontro).

Extraímos dessa situação, muitos aprendizados com relação a fatores intervenientes da realidade na condição de pesquisa, o fato de uma inserção precária e desafiadora em campo, desmotivou a equipe de pesquisa, que não se sentindo acolhida optou pela desistência da presença neste local, relação que foi mantida apenas três ou quatro membros da equipe, de modo mais sistemático por dois membros.

Além disso, houve uma ocorrência de racismo, quando pesquisadoras negras da equipe foram “confundidas” com as mulheres da horta de Palha de Arroz, por uma pesquisadora branca de outra instituição. Firmadas na perspectiva feminista decolonial e negra interseccional e, portanto, antirracista, problematizamos junto aos membros do movimento social que atua na horta, a situação em questão, uma vez que a referida pesquisadora branca, foi “autorizada pelo movimento” em sua inserção na horta.

Além disso, dialogamos entre nós sobre o ocorrido, as afetações geradas pelo racismo cotidiano e as consequências nas vítimas. Registra-se, que estabelecemos sistemática de reuniões da equipe, em que esses momentos se configuraram importantes espaços de fala, acolhida e sororidade.

Os muitos desafios, que se apresentaram nas relações construídas, foram encarados como parte dos processos do vivido, já que a pesquisa em educação popular é um movimento vivo, sempre em processo de transformação de si e do contexto. E, apesar dos diferentes níveis de conhecimento e vivência em educação popular, fomos conduzindo a participação de toda a equipe, de modo a vivenciá-la também como processo de construção político-pedagógico, discutindo cada passo, as correções de rota, mudanças e proposição de novas experiências. O processo foi mais desafiador para os que chegaram já com a pesquisa em curso, mas aos poucos houve maior ambientação.

Procuramos articular uma sequência pedagógica, encadeando os temas de modo, que uma problemática tratada era seguida de outra a ela relacionada, criando assim um continuum de reflexões no grupo. Desse modo, durante o processo fizemos avaliações, negociando as temáticas selecionadas e, por vezes, inclusões foram necessárias, a partir das solicitações que faziam ao final de cada oficina. Todas as oficinas contaram com cuidado pedagógico, considerando a condição de escolaridade, o nível de participação de todas, especialmente quanto ao uso da linguagem e dos recursos pedagógicos.

A exemplo, do uso de desenhos, imagens disparadoras do debate, vídeos, músicas e a inserção de práticas de autocuidado para aquecer os

inícios das oficinas, compreendendo que “a transformação social se faz com ciência, com consciência, com bom senso, com humildade, com criatividade e com coragem” (FREIRE, 2007, p. 38). Freire e Nogueira (1993) destacam sobre os caminhos, os procedimentos científicos adotados na educação popular, segundo eles:

- 1) Nossa conceituação deve ser processual. Ela não deve ocultar o movimento pelo qual objetos e coisas são digeridos pelo nome, pelo conceito. (...) nossa reflexão não deve apenas responder; ela deve mostrar as perguntas.
- 2) (...) existência de mais de uma forma de organização do conhecimento. Ou seja, há mais de um caminho para captar, e formular o saber (...).
- 3) (...) produção reflexiva (voltada e atenta ao trabalho com os grupos populares) (...). a linguagem não pode impedir que meu ato de abstração-reflexão se molhe na prática popular de luta.

(...) Aprendemos a não romper pensamento e ação, não estragar a teoria (FREIRE; NOGUEIRA, 1993, p. 35-37).

Portanto, sempre nos interessou que a prática fosse tomada como ponto de partida em forma de curiosidade, despertando possibilidades (FREIRE; NOGUEIRA, 1993). Nesse sentido, os debates nas oficinas com as mulheres, acerca das temáticas, partiram sempre dos saberes que elas detêm sobre os mesmos, promovendo educação reflexiva, ligada a “processos de ação política e pedagógica (Educação Popular), em busca da libertação e da educação conscientizadora” visando a produção de conhecimento potencialmente significativo e transformador (TREVISAN; PAULO, 2020, p. 100). Desse modo, nas oficinas assumimos o lugar de facilitadoras e de provocadoras das questões, ao se sentirem convidadas ao debate e com a abertura dos espaços de fala, progressivamente sentiam garantido o direito a “sua verdade” sobre os diferentes assuntos. Em nossa posição de provocação também trazíamos reflexões, de modo a abrir novos horizontes para as mulheres e a possibilidade de reconfigurar rotas, transformar senso comum em saber crítico.

Um exemplo emblemático, do que acima afirmamos, ocorreu durante a oficina sobre trabalho, nela tratamos da divisão social, sexual e racial do trabalho. A partir de um vídeo sobre trabalho doméstico, o debate trouxe à tona reflexões importantes sobre o lugar que mulheres negras ocupam no mercado de trabalho. Estávamos reunidas em torno de uma roda, quando pedimos para

elas falarem sobre as experiências de trabalho, que elas tinham vivenciado, ao longo da vida, o trabalho infantil surgiu de forma espontânea. Com o surgimento do tema e sua importância, decidimos realizar oficina sobre trabalho infantil, apesar da temática não ser uma questão prevista por nós para ser tratada, mas relevante e que emerge das reflexões com elas.

Durante a oficina de trabalho infantil, embora toda a equipe da pesquisa partilhasse da compreensão dos danos, que a exploração do trabalho infantil causa na vida das pessoas, fomos abertas a escuta de afirmações como: “tem que trabalhar mesmo, porque hoje criança é tudo folgada e não quer fazer nada”, “eu trabalhei e isso não me matou, deu responsabilidade”, “sou a favor da criança trabalhar, se não dá para o que não presta”. Partindo da compreensão, que a transformação social não se faz de forma impositiva e que apenas a partir da reflexão, da tomada da consciência do que nos leva a determinadas experiências, a mudança pode começar a acontecer, pedimos para que elas falassem sobre o que trabalhar na infância tinha impactado em suas vidas, ou melhor o que elas tinham deixado de viver por terem trabalhado na infância?

O tom dos relatos começou a mudar, se antes tinham vozes entusiasmadas e cheias de certezas, a pergunta fez com que entrassem em contato com o processo de “inclusão perversa” (SAWAIA, 2001), uma vez que se aparentemente a precoce entrada no “mercado de trabalho” deu acesso a renda, na maioria das vezes essa renda ia direto para as mãos da família, as manteve em vínculos precarizados, impediu a continuidade dos estudos, em muitos momentos levou a manutenção da pobreza. As falas passaram a ser “eu não gostava de trabalhar, mas fui obrigada e tive que largar meus estudos, hoje continuo sem conseguir voltar”, “foi ruim, minha mãe não tinha opção, todos tínhamos que ajudar para podermos comer”, “minha mãe sempre lavou roupa, ficou cheia de problemas de saúde, e eu também que até hoje lavo para fora e tenho um monte de problema de saúde, na coluna”.

Discutimos então, os impactos do trabalho infantil em diferentes dimensões (educação, saúde, acesso a bens e serviços, direito da criança e dos adolescentes) e a manutenção do círculo da pobreza. Ao final da roda, umas das mulheres resume o que vivenciamos naquele encontro “eu acho agora que o trabalho infantil é uma exploração, a criança não deveria viver isso, deveria ser criança, brincar ter seus direitos garantidos. Pode ajudar em casa, sim, mas ajuda, não dá para isso impedir os direitos dela e não trabalhar que aí é exploração”.

Em nossa dinâmica como equipe de pesquisa, após cada oficina fazíamos uma avaliação do encontro e discutíamos sobre o encontro seguinte. A depender dos acontecimentos daquela oficina, novas rotas eram traçadas, quando por exemplo, atendemos ao pedido delas para discutir sobre “coisas do cotidiano”, se referindo a problemas da ordem da saúde mental, que produziam sofrimento em suas vidas. A essa oficina chamamos de “questões do cotidiano”, e trabalhamos por meio da contação de histórias de questões emocionais, inclusive por receio de a oficina se transformar em grupo terapêutico, o que não era nosso objetivo.

Porém, importante destacar que o processo pedagógico transformador não ocorreu apenas nas oficinas, mas durante toda a pesquisa, promovendo ações de reflexão, às vezes aproveitando os momentos de roda antes de cada mutirão, como via de fortalecimento dos vínculos entre elas como um grupo de mulheres. E trabalhamos a reflexão com vias de empoderamento dessas mulheres, fortalecimento desse movimento, a partir de um caráter emancipatório e libertador.

Outro aspecto relevante, como processo de aprendizagem e que necessita de atenção em trabalhos coletivos é garantir o equilíbrio da fala no grupo, como a participação nos dias de mutirão é rotativa, quer dizer nem sempre se fazem presentes todas as mulheres que atuam nas hortas, não era diferente a participação nas oficinas. Embora várias delas estiveram presente em quase todas, outras por razões de saúde ou outra razão não estiveram, isso também define a dinâmica do coletivo. Ora há mulheres que pretendem centralizar a fala e ora a fala segue num fluxo descentralizado. Apesar disso, procuramos em todas as oficinas garantir a expressividade de quem desejou se manifestar por meio do diálogo.

Notamos também, ainda no período da observação participante, que havia no coletivo a formação de diversos pequenos grupos, que muitas vezes conflitavam por causa da dificuldade de comunicação entre elas, por diferentes níveis de compreensão dos acordos coletivos, aumento e/ou redução de mulheres participando da horta em diferentes momentos conjunturais da região. Como no período das enchentes entre maio a julho de 2022, em que a busca por ajuda aumentou em quase 50% o número de mulheres na horta, mulheres e famílias que perderam tudo ou quase tudo na enchente.

Nesse momento, nos solidarizamos e buscamos contribuir do jeito que pudemos, lamentamos ver a horta embaixo d'água, além de perder roupas, documentos, colchões e até familiares, perderam o plantio. Foi um momento bem difícil para elas e para nós, especialmente por reconhecer que nem o

governo municipal e nem o estadual nada fizeram para essas mulheres. Tudo o que conseguiram foi com apoio de organizações sociais, doadores particulares e/ou instituições. A ausência do poder público foi estampada para todos nós.

Ao tempo, que uma agência de fomento estadual abre edital de pesquisa para saber os impactos da pandemia de COVID-19 no empobrecimento da população, o mesmo governo que financia este projeto, na contramão disso oferece um único gesto de um auxílio emergencial para as famílias, nada de investir nos serviços de saúde, ou se preocupar com uma política de segurança alimentar, enfim.

Por isso na oficina de políticas públicas e direitos sociais, refletimos com as mulheres sobre o que são direitos, por que existem direitos e de que modo eles deveriam ser transformados em políticas públicas. Quase todas as mulheres sabem que os direitos estão na lei e se referiram a isso, até porque muitas delas participam de movimentos sociais ou de organizações sociais e acabam acessando essas informações. Nem todas, no entanto, fazem a relação entre direitos e lutas sociais, construímos com elas esses elos entre direitos, lutas sociais e políticas públicas, ao refletir sobre desigualdade de gênero, raça e classe.

Pensando em políticas públicas e direitos sociais, ao planejar a pesquisa, consideramos a importância da inclusão digital em função de muitas políticas públicas durante a pandemia, funcionarem através de aplicativos, como o SUAS – Sistema Único de Assistência Social. Contudo, esta foi uma demanda apenas da horta comunitária de Palha de Arroz e o motivo foi o fato de que lá, elas já comercializam as mudas de plantas medicinais e ornamentais, inclusive possuem perfil no instagram. Nesse caso, a inclusão digital se desdobrou em quatro oficinas construindo com elas desde informações básicas, até as questões de comercialização.

Vimos também durante todo esse tempo, os lugares que as hortas de Palha de Arroz e Dandara ocupam na vida das mulheres negras periféricas, com as quais nos relacionamos durante todo o período da pesquisa. No caso da horta Dandara, a horta se fortaleceu como lugar de acolhimento, suporte para as mulheres, combater a fome e apoiar a formação política. Atualmente há mulheres da horta participando de conselhos na cidade, é a horta se ampliando como símbolo de nutrição para o corpo, a mente, o emocional das mulheres e sua incidência política, lugar de solidariedade e lazer, onde trocas acontecem e alguns problemas imediatos podem se resolver.

A horta de Palha, é um lugar que reúne sonhos, práticas mais pessoais, que sociais, ainda não consegue ser um lugar de coletividade, no sentido pleno do termo. Apesar da comunidade existir há cinco anos e, talvez até por isso, há questões que não foram resolvidas, do ponto de vista das relações entre as mulheres. Do ponto de vista produtivo, a horta pode vir a gerar renda para todo o grupo com aposta na comercialização de mudas e com apoios das organizações sociais.

Por tudo o que foi aqui exposto, não podemos deixar de registrar as marcas deixadas pelo processo, os aprendizados gerados pelos diálogos com elas e entre nós. Os desafios de solidariedade entre mulheres pesquisadoras e a construção de espaços seguros de debate intelectual e pessoal, porque uma pesquisa feminista decolonial e negra interseccional associada a educação popular desafia os cânones da racionalidade na produção do conhecimento, em que objetividade está apartada da subjetividade, mesmo sendo sujeitas que pesquisam, ao tempo em que vivem suas vidas, em relação com outras sujeitas que também vivem suas vidas.

Além disso, o contato com a realidade destas mulheres, que vivem desafios à sobrevivência muito diversos dos nossos e ao mesmo tempo, que se conecta em vários pontos, ver a alegria, a criatividade que brota de seus corpos e mentes, a forma como conduzem, acolhem e agregam membros em suas famílias, é afirmar que outro modo de vida é possível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Firmar uma pesquisa feminista decolonial e negra interseccional em associação com a educação popular nos trouxe algumas vantagens e desafios. No modo vantagens, podemos identificar nosso desapego em relação a concepções já estabelecidas, para análise do fenômeno em questão: mulheres negras periféricas em situação de pobreza agravada pela COVID 19. Além disso, tomar como referência as vozes e as experiências dessas mulheres como principal elemento para refletir com elas sobre as condições nas quais estão imersas, sem tomar o determinismo econômico como exclusivo.

Trilhamos assim, a ruptura com o que Kilomba (2019, p. 48) chamou de “subalterna silenciosa”, rompendo o silenciamento das mulheres das hortas comunitárias de Palha e Dandara, e a alegação colonial de que grupos subalternos não são “capazes de falar em seus próprios nomes”, principalmente mulheres negras e periféricas.

Outra questão a ser considerada, a partir de nossa perspectiva teórico-metodológica é poder observar as intersecções das opressões, que afetam seus corpos, mentes e psiques de modos diferentes, em razão de serem mulheres diversas, reconhecendo e analisando as semelhanças entre as pesquisadoras e as mulheres da horta, assim como as diferenças que nos marcam como mulheres pesquisadoras, em relação a elas. Desse modo, nos posicionamos em horizontalidade na relação como sujeitas em pesquisa, ao tempo em que nos reconhecemos como pessoas em situação social e econômica diferenciada e racialmente privilegiada, no que tange às mulheres pesquisadoras brancas e o único homem branco membro da pesquisa, ou seja, a desigualdade de gênero e racial é vivida de modo diferente no sistema moderno-colonial de gênero e raça. Porém, entendemos que através de pesquisa, como a que desenvolvemos com as mulheres das hortas comunitárias contribuimos com as lutas sociais antirracista, antissexista e anticapitalista.

Do ponto de vista dos desafios, apesar da educação popular existir desde os anos 1960, com muitas práticas como ação político-pedagógica, ainda há pouco material de reflexão sobre sua capacidade de produzir conhecimento em pesquisa. A educação popular não é uma receita de bolo, uma vez que ela parte sempre da experiência do grupo social e popular com o qual nos envolvemos e, sabemos que as experiências diferem muito a depender dos grupos sociais e populares, principalmente pensando a partir das intersecções entre as opressões, que marcam e distinguem as experiências do ser no mundo, especialmente do ser mulher e negra.

Para nós, em menor ou maior grau, falando como equipe e dadas a diversidade das formações, foi um esforço de construção de abertura de nossas mentes, ouvidos e corpos para acolher a experiência em sua plenitude, conectadas com a interseccionalidade. Também como equipe favorecer que todos os/as membros/as exercitassem sua voz no grupo de pesquisa, participando, emitindo opiniões e proposições, sem hierarquizar.

Por último, como resultado da associação entre a perspectiva feminista decolonial, negra interseccional e a educação popular, nos manter no caminho da curiosidade, ter mais perguntas, que respostas, ouvir com a razão e a sensibilidade, exercitar a reflexão coletiva, nossa como equipe e provocar as mulheres a ser mais, mudar rotas. Principalmente, perseguir a pedagogia do respeito a voz de cada pessoa, a liberdade, a autonomia e a construção de relações mais dialógicas. Estar atentas todo o tempo às desigualdades que nos interseccionam de modos diferentes – de gênero e raça.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio L. de. **Racismo estrutural** – São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 264p. (Feminismos Plurais / Coordenação Djamila Ribeiro)

ÁVILA, Maria B. **O tempo do trabalho das empregadas domésticas: tensões entre dominação/exploração e resistência**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira De Ciência Política**, v. 11, p. 89–117, 2013.
<https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>

BARBIERI, René. **A pesquisa-ação**. Tradução de Lucie Didio. - Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

BENTO, M. A. S. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. São Paulo: s.n., 2002.169p. Disponível em:
https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-18062019-181514/publico/bento_do_2002.pdf acesso em 11 de jun 2023.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 15-24, 2016.
<https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100002>

BRANDÃO, Carlos R. Prefácio: Caminhos percorridos entre a Educação Popular e a Pesquisa Participante. In: SILVA, Andreika V.; PAULO, Fernanda dos S.; TASSARO, Mônica (Orgs.). **Educação popular e pesquisas participativas**. 1.ed. Veranópolis: Diálogo Freiriano, 2020, p.7-22.

BRANDÃO, Carlos R. Participar-pesquisar. In: Brandão Carlos R. (org.) **Repensando a Pesquisa Participante**. 3 ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1998.

BUENO, S. (Coord.). Violência contra mulheres em 2021. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021. Disponível em:
<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/03/violencia-contra-mulher-2021-v5.pdf>. Acesso em 26 de maio de 2022.

CAMPOS, Marcio D'Oliveira. A Arte de Sulear-se II. In: Scheiner, Teresa Cristina (coord.). **Interação Museu-Comunidade pela Educação Ambiental, Manual de apoio a Curso de Extensão Universitária**, TACNET Cultural UNI-RIO, Rio de Janeiro, 1991, p. 59-61, 79-84.

CAMPOS, Marcio D'Oliveira. Por que SULEar? Marcas do Norte sobre o Sul, da escola à geopolítica. Ano 2, n. 2, Edição Especial Dossiê SULEar, **Revista Interdisciplinar**

SULEAR, p.10-35, 2019. Disponível em:
<https://revista.uemg.br/index.php/sulear/article/view/4140/2410>. Acesso em 20 de
Julho de 2023.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de Racialidade: a construção do outro como não
ser como fundamento do ser**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CERQUEIRA, D. et. al. **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: FBSO, 2021.

COLLINS, Patricia H.; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. 1. ed. São Paulo:
Boitempo, 2021.

COLLINS, Patricia H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do
pensamento feminista negro. Dossiê decolonialidade e Perspectiva Negra. **Revista
Sociedade e Estado** – Volume 31. Número 1. janeiro/abril 2016. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/se/a/MZ8tzzsGrvmFTKFqr6GLVMn/abstract/?lang=pt> Acesso
em 11 de jun 2023.

CORDONA, Milagros, G; CORDEIRO, Rosineide M.; BRASILINO, Jullyane.
Observação no cotidiano: um modo de fazer pesquisa em psicologia social. In: SPINK,
Mary J. P.; BRIGAGÃO, Isaac M; NASCIMENTO, Vanda L. V. do;
CORDEIRO, Mariana P. (Orgs.). **A produção de informação na pesquisa social:
compartilhando ferramentas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais,
2014, p.123-148.

COSTA, Claudia de L. Feminismos decoloniais e a política e a ética da tradução. In:
HOLLANDA, Heloisa B. (org.) **Pensamento feminista hoje: perspectiva decoloniais**.
1.ed. – Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020, p.320-344.

DENZIN, Norman, K.; LINCOLIN, Yvonna S. Introdução. A disciplina e a prática da
pesquisa qualitativa. In: _____. (Org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa:
teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006. p.16-41.

FAVRET-SAADA, Jeanne “Ser Afetado” Tradução: Paulo Siqueira. **Cadernos de
Campo**. n 13:155-161, 2005.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 17.ed. Rio de
Janeiro: Graal, 2006.

FREIRE, Paulo. Pacientes impacientes: Paulo Freire. In: Brasil. Ministério da Saúde.
Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão
Participativa. **Caderno de educação popular e saúde**. Ministério da Saúde,
Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão
Participativa. - Brasília: Ministério da Saúde, 2007, p.32-45.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. Que fazer: teoria e prática da educação popular.
4 ed. Petrópolis: vozes, 1993.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaio, Intervenções e Diálogos** Rio Janeiro: Zahar, 2020.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Org. SOVIK, Liv. Belo Horizonte, BH: Editora UFMG, 2006.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social: revista de sociologia da USP**, v.26, n.1, p.61-73, 2014.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista narrativa. In M. W. Bauer, M. W. G. Gaskell. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 90-113.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: EMÍLIO, M; TEIXEIRA, M.; NOBRE, M.; GODINHO, T. (Orgs.). **Especial da Mulher Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003, p.55-64

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Berlim: Editora Cobogó, 2019.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa B. (org.) **Pensamento feminista hoje: perspectiva decoloniais**. 1.ed. – Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020, p. 52-83.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaio**, n. 32, dez 2016.

NASCIMENTO, Abdias do. O teatro Negro e seu instituto de pesquisa sociológica. In: NASCIMENTO, Abdias do; RAMOS, Guerreiro; RIBEIRO, Joaquim; FISCHLOWITZ, Estanislau. **Relações de Raça no Brasil**. Edições Quilombo: Rio de Janeiro, 1950, p. 27-32.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**, p. 227-278. Buenos Aires: Clacso, 2005.

RAMOS, Silvia et al. **Elas vivem: dados da violência contra a mulher**. – Rio de Janeiro: CESeC, 2022 [livro eletrônico]. Disponível em: <http://observatorioseguranca.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2022/03/EMBARGO-ATE-5AM-1003-REDE-DE-OBS-elas-vivem-2.pdf>. Acesso em: 03 de maio de 2022.

REDE de Pesquisa Solidária da USP. No Brasil, mulheres negras têm maior mortalidade por covid que qualquer grupo na base do mercado de trabalho. *Jornal da USP*, 28 set. 2021. Disponível em:

<https://jornal.usp.br/ciencias/mulheres-negras-tem-maior-mortalidade-por-covid-19-do-que-restante-da-populacao/>. Acesso em: 25 maio 2023.

SAWAIA, Bader (org.). **As Artimanhas da Exclusão: Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social**. Petrópolis: Vozes, 2001.

SOUZA, M.; SANTOS, R.; MENDES, W. Gunther Kress, ciência e multimodalidade: do mar ao sertão e do sertão ao mar. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 22, n. 1, 2021. p. 342–364. <https://doi.org/10.26512/les.v22i1.37265>

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. 18 ed. São Paulo: Cortez, 2011

TREVISAN, Elisângela; PAULO, Fernanda dos S. Educação Popular e Pesquisa Participativas: um olhar para a educação não escolar. In: SILVA, Andrerika V.; PAULO, Fernanda dos S.; TASSARO, Mônica (Orgs.). **Educação popular e pesquisas participativas**. 1.ed. – Veranópolis: Diálogo Freiriano, 2020, p.96-109.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

Submissão em 19 de junho de 2023.

Aceite em 24 de julho de 2023.



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative
Commons Atribuição 4.0
Internacional. Texto da Licença:
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>